

RELATO DA TRIBUNA POPULAR NA CÂMARA DE VEREADORES DE IMPERTRIZ - MA. SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CASA DA MULHER MARANHENSE.

Tribuna Popular – Câmara de Vereadores de Imperatriz, dia 04 de outubro de 2019, a presidenta do CDMM Conceição Amorim, usou da tribuna e fez uma retrospectiva sobre a implantação dos serviços de enfrentamento a violência contra a mulher de Imperatriz destacando a necessária e importante atuação das entidades da sociedade civil e do CDMM para construção da Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher do município. Assegurou que o primeiro serviço implantado no município foi a Delegacia Especializada da Mulher em 1990, fruto da luta do movimento feminista nacional e estadual. O segundo serviço de assistência às vítimas de violência doméstica e familiar foi a Casa Abrigo Dr^a Ruth Noleto. Construída com recursos do Ministério dos Direitos Humanos conveniado com a Prefeitura de Imperatriz em 2002, foi concluída em 2004 e só teve suas atividades implementadas em junho de 2007 depois de muitas denúncias do movimento social. O terceiro instrumento da Rede de enfrentamento implantado foi a Vara Especializada De Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher - Criada pela lei complemento n. 104 de 26 de dezembro de 2006, instalada no dia 23 de agosto de 2007, e destacou que a mesma foi instalada antes da Vara da capital. No início do 2009 foi instalada a Promotoria da Mulher. Essas instituições foram implantadas depois de muitas reuniões com diversas autoridades de São Luís. Lembrou também da criação e instalação do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em 2010. A presidenta afirmou que toda essa trajetória foi feita pela sociedade civil, e asseverou que foi esse mesmo movimento que em documento solicitou a criação do Centro Integrado da Mulher, ao governador do estado, um espaço que funcionasse todos os serviços, já reivindicado desde 2008 as autoridades municipais e estaduais, e nos seus documentos sempre destacou a importância desse espaço funcionar no centro da cidade, já que facilita e garante que as mulheres mesmo vindo a pé de bairros distantes cheguem em segurança, o que é inviável se esse espaço for construído no bairro da Vila Nova como determinou a gestora da secretaria estadual, sem qualquer diálogo com a sociedade civil, já que as mesmas sabiam da discordância da construção no local em debate. A presidenta informou que o CDMM e o Fórum de Mulheres de Imperatriz já se manifestaram em documento e em reunião com o presidenta da AGEMSUL sobre os prejuízos que significará a retirada da Delegacia da Mulher do centro da cidade, mas que não houve qualquer disposição de suspender o projeto para se pensar outras alternativas, como por exemplo a transferência da Delegacia Regional de Segurança Pública juntamente com outras delegacias, entre elas a de trânsito que mantém vários carros apreendidos estacionados naquela área onde funciona várias outras delegacias no centro da cidade. Após exposição alguns vereadores se manifestaram a favor do pedido do CDMM, entre eles, Fatima Avelino, João Silva, Pedro Gomes e José Carlos, enquanto os vereadores Ditola, Carlos Hermes e Aurélio justificaram com argumentos infundados a mudança da Delegacia da Mulher e demais serviços para a Vila Nova enquanto o vereador José Carlos levantou a proposta de se criar outra delegacia da mulher para funcionar na Casa da Mulher Maranhense na Vila Nova e manter a delegacia da mulher existente funcionando no centro da cidade, o que foi visto pelo vereador Carlos Hermes como uma possibilidade e se dispôs a negociar com o governo sem indicar qualquer data para conversar com as pleiteantes. A Tribuna Popular se encerrou sem qualquer encaminhamento por parte da mesa diretora da Câmara.